

Não receberemos os nossos algozes | Carta semanal 22 (2026)



Anthony Okello (Quênia), *Ordens do Alto*, 2012.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Nos dias 11 e 12 de maio, na Africa Forward Summit [Cúpula África à Frente], em Nairóbi, no Quênia, o presidente francês Emmanuel Macron dirigiu-se a mais de trinta chefes de Estado africanos e **declarou**: “Nós somos os verdadeiros pan-africanistas”. Esse foi um comentário extremamente desagradável, inserido entre banalidades burocráticas sobre “crescimento”, “inovação” e “parcerias”.

Em uma carta aberta, a escritora do Togo Farida Bemba Nabourema **respondeu** que “o pan-africanismo é, em sua essência mais fundamental, a filosofia política que disse não a tudo aquilo a que a França passou três séculos dizendo sim: a escravidão, o colonialismo e o neocolonialismo”. Essa filosofia, “nascida nos porões dos navios negreiros, nos campos das *plantations* de São Domingo” por pessoas que “acreditam que os africanos e os afrodescendentes mereciam governar a si mesmos”, escreveu Nabourema, não pode ser lavada pela ofensiva de charme de Macron.

Esta foi a 29ª Cúpula França-África (rebatizada para a edição de Nairóbi como Cúpula “Africa Forward”), mas a primeira a ser realizada em um país africano não francófono. Embora os franceses insistam que uma nova era tenha chegado, supostamente além do antigo paternalismo da *Françafrique*, a realização da cúpula no Quênia não foi uma simples mudança geográfica. Ela reflete a profunda crise do poder francês na África Ocidental e no Sahel.



Paul Onditi (Quênia), *De sacos a trapos*, 2020.

Em Uagadugu, no Burquina Faso, de onde escrevo esta carta semanal, o **sentimento** geral é a favor da soberania e contra o neocolonialismo francês. Levantes populares e rupturas militares em algumas regiões do

Sahel (Burkina Faso, Mali e Níger) desmantelaram os acordos militares de longa data com a França e rejeitaram a estrutura política por meio da qual Paris mantinha seu domínio. Os novos governos expulsaram as tropas francesas e rescindiram os acordos de defesa, enquanto a força da indignação popular destruiu a legitimidade ideológica da tutela francesa. Esses governos consolidaram sua união contra o neocolonialismo por meio da **Aliança dos Estados do Sahel** (AES). Nenhum dos líderes do Sahel participou da Cúpula Africa Forward em Nairóbi.

A França voltou-se para o leste, em direção à África anglófona, porque não conseguiu restabelecer sua autoridade no Sahel, mesmo recorrendo a ameaças militares por meio da Nigéria e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. Agora, a organização procura se reposicionar como parceira da soberania africana, em vez de como defensora do neocolonialismo.

Os termos utilizados na **declaração** oficial da cúpula refletiam um liberalismo não governamental pouco entusiasmado: codesenvolvimento, transformação digital, industrialização verde, respeito mútuo, crescimento inclusivo e reforma da governança global e da arquitetura financeira. Mas por trás desse liberalismo das ONGs escondiam-se as realidades bem conhecidas do poder imperial: investimentos em atividades extrativas, dependência da dívida e, o mais dramático de tudo, acordos militares. A cúpula ocorreu em meio a críticas crescentes sobre um recente **acordo** de defesa entre a França e o Quênia, bem como à chegada de centenas de soldados franceses ao Quênia. A retórica da soberania apresentada na conferência foi ridicularizada pela realidade da consolidação militar estrangeira e da dependência econômica.

Expulsas do Sahel, as forças do **hiperimperialismo** – França, Reino Unido e Estados Unidos – recuaram para as margens da região. Há uma presença militar dos EUA em **Gana e na Nigéria**, e uma base militar britânica no **Quênia**. Em breve, haverá uma base militar francesa no Quênia. Esse cerco militar proporciona ao Norte Global a infraestrutura necessária para intervir contra a AES.



Eltayeb Dawelbait (Sudão), *O espírito dos rostos*, 2011.

Para além das portas fechadas da cúpula, outra África se reuniu. A Cúpula do Pan-Africanismo contra o Imperialismo (**Pasai**) reuniu-se no United Kenya Club, a primeira instituição da Nairóbi colonial a permitir a adesão de pessoas não brancas. Esse foi um contra-encontro popular que reuniu verdadeiros pan-africanistas e internacionalistas, os quais delinearão um futuro diferente para o continente. Os organizadores afirmaram que a Cúpula África Forward não passava de uma “recolonização”, sendo que a nova linguagem servia apenas para atualizar antigos sistemas de exploração. Os minerais necessários para a transição energética da Europa, as terras necessárias para os programas de compensação de carbono e a mão de obra barata necessária para a rentabilidade transnacional continuam saindo da África, deixando o continente apenas com pobreza, dívida e devastação ecológica. “Não receberemos nossos algozes”, afirmava a declaração da Pasai. “Não seremos o novo quartel da dominação colonial”.

Essas palavras resumem mais de um século de resistência africana contra o colonialismo e o neocolonialismo. Elas não se referem apenas ao poder francês, mas à estrutura neocolonial mais ampla que continua subordinando o desenvolvimento africano às necessidades do capital financeiro internacional. A soberania da África não pode ser negociada em hotéis de luxo entre as elites políticas do Norte, executivos de

multinacionais e os defensores locais da dependência. A soberania não se constrói em comunicados redigidos a portas fechadas, mas sim por meio da participação democrática e da organização de trabalhadores, camponeses, estudantes e mulheres. Além da independência nacional, a liberdade genuína exige uma agenda que permita o controle dos recursos, a orientação do desenvolvimento social e as alianças geopolíticas definidas pelos países do Sul. A França busca reorganizar suas relações com a África por meio de um realinhamento diplomático e do capital financeiro, com setores da classe dominante africana dispostos a apresentar a dependência como modernização, enquanto milhões de trabalhadores no continente enfrentam inflação, desemprego, expropriação de terras, austeridade imposta pela dívida e repressão crescente.



Ruth Nyakundi (Quênia), *Guerreiros da paz*, 2017.

A crítica da Pasai teve um peso especial em Nairóbi, pois o próprio Quênia surgiu de uma das grandes lutas anticoloniais do século XX. A memória da Rebelião Mau Mau (1952–1960) ainda permanece viva sob a linguagem polida das cúpulas de investimento e das bandeirinhas comemorativas diplomáticas. Quando os delegados da Pasai marcharam em direção à estátua do lutador pela liberdade queniano Dedan Kimathi e foram recebidos com gás lacrimogêneo e prisões, o simbolismo foi inconfundível. Kimathi e o Exército da Terra e da Liberdade (os Mau Mau) não travaram uma guerra contra o colonialismo britânico para que tropas estrangeiras pudessem, mais uma vez, estabelecer-se em solo queniano sob o pretexto mais brando da “cooperação em matéria de defesa”. Eles também não lutaram para que a independência acabasse resultando em dependência da dívida, concentração da terra e o domínio de elites compradoras ligadas às finanças internacionais. A repressão contra a esquerda, **especialmente** contra o Partido Comunista Marxista do Quênia, revela o quão perigosos são a memória e o legado da libertação nacional para as classes dominantes. Esse legado continua levantando questões ainda sem resposta sobre a terra, a soberania e o poder na África contemporânea.

As próprias tradições intelectuais e literárias do Quênia há muito alertam sobre a traição da libertação nacional. Extraído de **Filha do Meu Povo, Canta!**, de Mĩcere Gĩthae Mũgo (1976) até **Pétalas de Sangue** (1977), de Ngũgĩ wa Thiong’o, os escritores quenianos compreenderam que o fim do domínio colonial não desmantelava automaticamente as estruturas de exploração. Os romances de Ngũgĩ voltavam repetidamente à figura da elite compradora, o intermediário local que herda o Estado colonial e o reorienta a serviço do capital. Pio Gama Pinto (1927–1965), um dos grandes mártires do socialismo queniano, advertiu que substituir os colonos brancos por uma burguesia negra não significaria a libertação. Essas tradições defendem que a soberania não pode ser reduzida apenas a bandeiras, hinos ou eleições. Isso deve significar o controle sobre a terra, a mão de obra, os recursos e o próprio destino social do povo.



Nadia Wamunyū (Quênia), *Mercado de Kenyatta*, 2020.

Durante a guerra anticolonial liderada pelos Mau Mau, as canções ecoavam pelo interior, despertando a imaginação dos camponeses e levando-os à luta. Essas canções incutiram a filosofia do anticolonialismo, inspirando as pessoas a se levantarem e lutarem contra todas as adversidades. Há canções que refletem o grito de guerra anticolonial por “*ithaka na wĩyathi*” (terra e liberdade) – um sentimento que encara a libertação nacional não como uma cerimônia, mas como uma luta coletiva. Essas canções falavam sobre seus líderes, batalhas, inimigos e traidores.

Entre elas está “*Twarĩkanĩire*” (Tínhamos Combinado), que alertava sobre o que aconteceu depois – um grupo de combatentes que havia “concordado em carregar [um] tronco, mas, no meio do rio, alguns fugiram e venderam nossa casa”. *Mũndũ ndangĩrĩa kĩndũ atathithinĩire*, cantavam eles. “Não se come o que não se conquistou com o próprio suor.”

Cordialmente,

Vijay